

O nacionalismo como fator de transformação literária no Brasil e em Angola

VANESSA NEVES RIAMBAU PINHEIRO

Resumo

O presente ensaio pretende analisar de que forma se construíram o sentimento nacionalista na literatura do Brasil e de Angola, países que foram colônias de Portugal e que obtiveram sua independência em diferentes momentos e situações da História. Para tanto, enfocaremos os períodos literários do Brasil em que são evidentes essa tentativa de dissociação do colonizador e as obras angolanas mais importantes no sentido de reconstrução da identidade da nação luso-africana.

Palavras-chaves: identidade, nacionalismo, literatura do Brasil, literatura de Angola

Resumen

El presente ensayo intenta analizar cómo se contruyó el sentimiento nacionalista en la literatura de Brasil y de Angola, países que fueron colonias de Portugal y que obtuvieron su independencia en diferentes momentos y situaciones de la historia. Para eso nos detendremos en los periodos literarios de Brasil, en los cuales se evidencia esa tentativa de disociación del colonizador, y en las obras más importantes de Angola, con el sentido de reconstruir la identidad de la nación luso-africana.

Palabras claves: identidad, nacionalismo, literatura brasileña, literatura de Angola

Brasil: independência e fatores significativos

Na literatura produzida atualmente, essencialmente nos países que viveram recentemente situações de colonização e em suas ex-colônias, é difícil pensar em alguma análise crítica que não envolva a questão nacional. Esse é um fator que perpassa, de forma direta ou não, as obras literárias, como uma incômoda sombra que se revela aos olhos dos leitores menos incautos.

Basta lembrar, por exemplo, a independência do Brasil e suas consequências: mesmo tendo acontecido sem guerras nem revolta popular – isso sem nos determos no fato dela ter sido proclamada por um rei português, o qual deu

início a nossa dívida externa para poder concretizá-la -; a dita independência deu início a uma onda de narrativas de intenção patriótica e ufanista, que nada mais fizeram do que resgatar a idéia do herói primevo, o primeiro habitante do Brasil, ou seja, o índio.

Dessa forma, a separação de Portugal efetivou-se através da vinculação dos elementos nacionais a nossa literatura – entenda-se elementos nacionais não só a caracterização do índio, mas também de todos os componentes que o constituíam, como seu idioma, suas vestimentas, suas tradições e o ambiente natural onde vivia. Obviamente, temos aí um estereótipo, tanto de herói quanto de tradição nacional, comprovado pelas incontáveis críticas – tanto de literatos quanto de historiadores – em relação às vestimentas de índio americano de *O Guarani*, de José de Alencar, e demais imagens artificiosas e incompatíveis à realidade do índio em território brasileiro.

Destarte, foi nossa primeira tentativa de desassociar o Brasil da imagem do colonizador português, ainda que de forma contraditória – já que o Romantismo no Brasil nada mais foi do que uma cópia do modelo do Romantismo europeu – e a literatura do Brasil continuou transplantada. Substituíram-se os modelos – heróis de capa e espada, oriundos da Idade Média, por heróis indígenas. Como não tivemos Idade Média no Brasil, nosso modelo de herói mais antigo a ser restituído foi o índio.

Nossas outras duas tentativas de afirmação nacional – o Modernismo e o Tropicalismo (na música), tiveram suas próprias peculiaridades: enquanto o Modernismo, numa clara alusão crítica ao Romantismo, propunha negar toda a influência externa e toda a literatura produzida no Brasil até então, o Tropicalismo procurou mesclar diferentes influências, ressignificando o conceito de identidade nacional. Este último movimento, apesar de parecer restrito à música, esteve presente e influenciou diversos outros meios de arte, como a produção cinematográfica de Glauber Rocha e a literatura de Bernardo Carvalho, por exemplo.

O Modernismo também teve seu valor: apesar de ter sido um movimento literário intencionalmente destruidor das correntes anteriores – nisso se baseava sua idéia de construção de identidade -, conseguiu abrir caminho para que o Brasil começasse a se reconhecer em seu próprio hibridismo. Tomemos como exemplo o clássico *Macunaíma*, de Mário de Andrade: Na obra, o autor mistura elementos variados que são parte da cultura brasileira, a saber: o índio e o negro, que recebem um tratamento cômico e totalmente desprovido de idealização. Não podemos, portanto, comparar essa obra com uma do Indianismo, por exemplo, a não ser para contrastá-las. Não há como negar, no entanto, que apesar de terem sido movimentos completamente diversos, tanto o Romantismo quanto o Modernismo e o Tropicalismo serviram para repensar a imagem que o próprio brasileiro fazia de si e de sua identidade enquanto nação.

Se atualmente aparentemente superamos alguns dos conflitos de nossa identidade, visto que a aceitamos como multifacetada e híbrida, vale lembrar que a influência do longínquo colonizador - nos estados em que a imigração portuguesa e açoriana não foi significativa - hoje parece restrita à língua e aos hábitos herdados; entre eles, a nossa malfadada burocracia. Não há, atualmente, como

vincular o Brasil enquanto imaginário nacional, a Portugal, país com cultura e hábitos distintos aos do Brasil. Entretanto, isso se deve principalmente aos quase dois séculos que nos separam da convivência com Portugal. Também se deve a sempre boa convivência com o colonizador, conseqüência do espírito pacífico e passivo do brasileiro. Vale então questionar de que forma se desenvolvem estas questões nos países que há pouco mais de 30 anos puderam afinal separar-se do colonizador e buscar suas próprias problemáticas, como a maior das ex-colônias portuguesas na África, Angola.

Portugal e o nacionalismo em Angola

Se pensarmos na questão angolana, temos de começar pelo idioma: apesar de o português ser a língua oficial na maior parte das ex-colônias, ele não determina a existência nem a falta de um espírito nacionalista. Ou seja, falar a língua do colonizador não impede um povo de se constituir uma nação independente. Ora, sabemos que, à parte do português, há inúmeros dialetos tribais falados nos países luso-africanos. Citando Benedict Anderson, “o que inventa o nacionalismo é a língua impressa, e não uma língua em si”. Se o Brasil continuasse falando o idioma tupi, não seria diferente do que é hoje. Até porque, cabe ressaltar, todos os países que foram colônias sofreram, naturalmente, modificações em seu vocabulário, tanto na forma escrita quanto oral. Se o Brasil recebeu imigrantes europeus, que incorporaram palavras novas ao nosso vocabulário – como ‘abajur’, por exemplo, que veio do idioma francês -, da mesma forma não podemos esquecer das contribuições indígenas – “mandioca”, “cafuné” – e africanas – “dengo”, “capoeira”. Além desses fatores, que diferenciam nosso idioma do falado em terras lusas, temos que considerar também os fatores de evolução lingüística, bem como as diferenças regionais, como elementos determinantes. No caso dos países luso-africanos, apesar do distanciamento lingüístico ser bem menor – afinal, a independência da maior parte desses países foi em 1975 -, as variações também acontecem. Palavras como “xana” e “tuga”, referentes à floresta e ao cidadão português, respectivamente, ratificam essa hipótese.

Logo, se mesmo o idioma que se pretende ser igual muda e não se constitui como um fator determinante para que se desenvolva o nacionalismo de um povo, o que então pode influenciá-lo? Para que possamos entrar nesta problemática, um fator deve ser considerado: o da invenção desse conceito. “Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”. No entanto, essa invenção reúne uma comunidade com elementos comuns e é necessária para que se construa a identidade de um povo.

Se agora nos voltarmos para considerar a nação como uma comunidade cultural, isto é, para mostrar como o caráter nacional é determinado

pelos valores culturais comuns transmitidos pelas gerações anteriores, estaremos em terreno muito mais sólido do que se procurarmos explicar o surgimento dessa comunhão de caráter a partir da herança natural de propriedades físicas.

O país africano que é nosso objeto de estudo, Angola, diferentemente de outras ex-colônias como Brasil e Cabo Verde, não manifestou uma posição conformista com seu estado de dependência. Sabemos que os portugueses chegaram a Angola em 1482, data em que transformaram aquele território em colônia e, posteriormente, em fornecedor de escravos para o Brasil. Sabemos também que este sempre fora um negócio muito rentável para Portugal. “Um terço da renda nacional portuguesa, nos anos 60, provinha das colônias” (Secco, 2004, p.99). Apesar de ser uma vantajosa empreitada, sabemos também, e por experiência própria, que Portugal nunca se preocupou efetivamente em salvaguardar as condições mínimas de vida para os colonizados, tampouco em agregá-los à metrópole. E com a África, Portugal nem ao menos buscou partilhar sua cultura com os colonizados. Como se não bastasse, Portugal não cogitava promover uma absorção de seus dominados, concedendo-lhes cidadania portuguesa e possibilidades de estudo ou de trabalho. Estes e outros fatores determinaram as primeiras insubordinações dos africanos ao domínio português. O nacionalismo então aparece como fator de reação à opressão.

Num mundo em que a legitimidade política ainda não se baseava na nacionalidade, esses movimentos foram, a princípio, de oposição. Só numa etapa posterior é que os próprios governos, formados pelo sucesso das oposições nacionalistas ou adotando as idéias dessas oposições, fizeram dos argumentos nacionalistas a base de suas reivindicações de legitimidade.

Em segundo lugar, é preciso distinguir dois casos: em um deles, a oposição age em nome de uma nação que ocupa apenas parte do território do Estado existente; no outro, ela é idêntica a esse território ou maior do que ele (...).

Em terceiro lugar, distingo três funções diferentes que as idéias nacionalistas podem exercer. São as funções de coordenação, de mobilização e de legitimidade. Por coordenação entendo que as idéias nacionalistas são usadas para promover interesses comuns entre elites que, afora isso, opõem-se ao Estado existente a partir de interesses bastante distintos. Por mobilização refiro-me ao uso das idéias nacionalistas para gerar apoio para o movimento político, por parte de grandes grupos até então excluídos do processo político. Por legitimidade refiro-me ao uso das idéias nacionalistas para justificar as metas do movimento político, tanto em relação ao Estado a que ele se opõe quanto em relação a poderosos agentes externos, como Estados estrangeiros e suas correntes de opinião pública.

Em 1930, quando o governo de Salazar proibiu manifestações culturais africanas, surgiram os primeiros grupos negros a reivindicar autonomia. Não deixa

de ser um indício essa massa começar a se organizar politicamente somente quando lhes foi tolhida a cultura, como parte de um processo identitário sem o qual não se pode ficar. Logo após, em 1933, o ato colonial salazarista obrigou os nativos das colônias a realizarem trabalhos forçados. Nos anos 50, mobilizam-se os grupos que reivindicavam a independência: Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), Frente Popular de Libertação Nacional (FPLA) e União para Independência Total de Angola (UNITA).

Ali estavam os “não-civilizados”, os destituídos de tudo, constantemente à beira da miséria e da fome, enquanto os monopólios do comércio metropolitano, assentados numa secular expropriação colonial, engordavam seus lucros. A capacidade de revolta dos colonizados era grande. Em 1959, os colonizadores portugueses reprimiram a revolta do povo maubere, do Timor Leste. Em 1960, os macondes, do norte de Moçambique, também foram rechaçados. Em Angola, ainda neste ano, Agostinho Neto foi preso e, na seqüência (setembro), a população do Catete foi atacada. Um mês depois, os primeiros levantamentos populares, na baixa de Cassange, foram reprimidos, com um prejuízo de centenas de vidas perdidas. Estava criada a base social e política para o início das ações guerrilheiras contra Salazar e sua política colonizadora (Secco, 2004, p.101).

No entanto, não foi fácil para o país se mobilizar dessa forma. Havia também uma necessidade de coesão interna, e esta não existia. Muitos dos soldados recrutados eram africanos, e somavam um efetivo maior do que o efetivo português. “[em 1973] Em Angola eram 37.773 nativos e 27.819 metropolitanos. Tratava-se uma ‘africanização’ da própria guerra colonial, o que trazia conseqüências graves para o exército colonialista” (Secco, 2004, p.104). As conseqüências, de que nos fala o autor, seria principalmente o descontentamento dos oficiais com as condições inóspitas de operação e a rápida promoção de soldados que se dispunham a combater na guerra, o que feria os princípios de hierarquia, próprios da academia militar. Sabemos, estes fatores irão se agregar a outros que culminarão na revolta dos capitães, ou melhor, na Revolução dos Cravos de 1974. Outros problemas enfrentados pelos revoltosos foram “conquistar apoio ‘popular’ onde nunca houver unidade ou “povo”. Projetar uma sociedade e uma economia nacionais onde nunca houvera nações. Adotar algum tipo de socialismo fosse como técnica de desenvolvimento ou utopia mobilizadora” (Secco, 2004, p.63-64).

Até 1975, quando a independência foi conquistada, muitos mataram e foram mortos na guerra pela libertação de Angola, segundo a tratavam os colonizados, ou guerra colonial, como a intitulou o colonizador. Hoje, após a separação dos territórios – Portugal e Angola -, o que se tem é uma história de muitas perdas e nenhum vencedor.

Para prejuízo dos angolanos, não obstante, sobraram também problemas de identidade e muitos outros de ordem social. Entretanto, os problemas identitários dos angolanos são de outra ordem, mas igualmente insolúveis, a menos em curto prazo. Constitui-se na negação do português como integrante da sua cultura, e na tentativa de (re) criar uma tradição secular. A resistência à dominação portuguesa, e posteriormente a retirada das tropas portuguesas contribuiu para que o país, ao invés de se unir pelo bem comum da independência, se dividisse

em uma luta interna de poderes, que resultou tão ou mais danosa do que a luta pela independência. No que todos concordavam era no imediato rompimento com Portugal e na negação de sua influência para que a história do país, por assim dizer, se restabelecesse do ponto onde foi impedida de prosseguir. Ocorre que essa negação é, por si só, uma reafirmação da influência portuguesa. Forjar uma tradição secular foi a saída encontrada pelos angolanos para que os valores culturais, impedidos de serem disseminados por ordem de Salazar, pudessem ser reencontrados e adotados pelas novas gerações. “No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade nacional” (Hall, 2006, p.47). Naturalmente, seriam os escritores os principais responsáveis por essa propagação mítico-cultural. Essa idéia, adotada por escritores angolanos como Pepetela, atingiu seu ápice nos anos 80, pouco tempo após a libertação, quando os ideais revolucionários ainda fervilhavam e as ilusões não se tinham dissipado. Livros como *Yaka* parecem tentar recuperar, em meio a esse mundo moderno do qual Angola não pode escapar, traços de uma nação primeva e culturalmente rica, permeada de pensamentos míticos absolutamente inconciliáveis com o mundo atual. “Nenhum analista sério da época, vendo objetivamente essas condições, iria prever, em qualquer um dos casos, as revoluções que estavam por vir (...). O que as tornou possíveis, ao fim e ao cabo, foi ‘planejar a revolução’ e ‘imaginar a nação’” (Anderson, 2008, p.220).

Pepetela foi militante do MPLA, ativo combatente contra a dominação do colonizador. Integrou também os primeiros governos angolanos, tendo sido nomeado vice-ministro da Educação em 1975. Apesar de sua participação política, ou até mesmo por causa dela, sentiu-se imbuído de, à parte de forjar uma identidade, criticar aquela que parece ter se instalado nos meandros do país, especialmente no que concerne aos que agora detinham o poder.

Apenas para citar duas de suas principais obras, em *Mayombe*, temos um cenário de guerra e de devastação, pré-independência: era ainda cedo para prever quais seriam suas conseqüências. Talvez por isso as críticas de Pepetela tenham permanecido submersas, emergindo vez ou outra para dar voz às suas suspeitas de um futuro não muito promissor. Já em *Geração da Utopia*, a desolação é evidente: temos, nos personagens, a representação de um passado – idealista – de Angola e do presente – arrivista – do país. Nessas narrativas podemos observar uma clara tentativa de nacionalismo, ainda que crítico. É a forma encontrada para que o autor possa representar seu povo, apontando assim suas motivações e decepções mais contundentes. Dessa maneira aconteceu também com o Brasil, a partir do momento em que os autores românticos se propuseram a questionar ou a re-significar a identidade nacional, movimento este que evoluiu ao Modernismo e ao Tropicalismo. Questionando, problematizando, inventando talvez. Não importa. Assim se constrói uma nação.

Bibliografia

- Alencar, José de. *O Guarani*. São Paulo: Martin Claret, 1999.
- Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Andrade, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Agir, 2008.
- Balakrishnan, Gopal (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p.49.
- Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Pepetela. *A geração da utopia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- . *Mayombe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 21998.
- Secco, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004.